

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Notas Explicativas	10
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	24
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	80.359
Preferenciais	0
Total	80.359
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	91.378	31.528
1.01	Ativo Circulante	66.704	6.703
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.486	1.116
1.01.01.01	Caixa e Bancos	15	604
1.01.01.02	Títulos e Valores Mobiliários	59.471	512
1.01.03	Contas a Receber	6.891	5.233
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.891	5.233
1.01.03.02.01	Empréstimos a receber	6.891	5.233
1.01.06	Tributos a Recuperar	123	94
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	123	94
1.01.07	Despesas Antecipadas	204	258
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	0	2
1.02	Ativo Não Circulante	24.674	24.825
1.02.02	Investimentos	24.099	24.375
1.02.02.01	Participações Societárias	24.099	24.375
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	24.099	24.375
1.02.03	Imobilizado	575	450
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	575	450

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	91.378	31.528
2.01	Passivo Circulante	9.837	2.872
2.01.02	Fornecedores	188	1.312
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	188	1.312
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.504	223
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.504	223
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	8.978	0
2.01.03.01.02	Impostos a pagar	526	223
2.01.05	Outras Obrigações	9	9
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9	9
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9	9
2.01.06	Provisões	136	1.328
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	136	1.328
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	136	1.328
2.02	Passivo Não Circulante	47.080	48.992
2.02.02	Outras Obrigações	47.080	48.992
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	47.080	48.992
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	47.080	48.992
2.03	Patrimônio Líquido	34.461	-20.336
2.03.01	Capital Social Realizado	679	679
2.03.02	Reservas de Capital	851	622
2.03.02.04	Opções Outorgadas	851	622
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	32.931	-21.637

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	74.508	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.200	0
3.03	Resultado Bruto	67.308	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.689	-5.083
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.689	-5.083
3.04.02.01	Pro-labore da diretoria	-452	-3.285
3.04.02.02	Despesas com pessoal	-278	-48
3.04.02.03	Encargos sociais	-166	-673
3.04.02.04	Serviços de terceiros	-646	-753
3.04.02.05	Outras despesas administrativas	-571	-314
3.04.02.06	Outros impostos e taxas	-318	-4
3.04.02.07	Depreciações e amortizações	-29	-6
3.04.02.08	Despesas com opções de ações outorgadas	-229	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.619	-5.083
3.06	Resultado Financeiro	-1.054	1.874
3.06.01	Receitas Financeiras	1.699	4.273
3.06.01.01	Descontos obtidos	2	0
3.06.01.02	Rendas sobre aplicações financeiras	799	29
3.06.01.03	Variações cambiais ativas	455	3.988
3.06.01.04	Juros ativos	443	256
3.06.02	Despesas Financeiras	-2.753	-2.399
3.06.02.01	Juros passivos	-714	-435
3.06.02.02	Variações cambiais passivas	-2.039	-1.964
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	63.565	-3.209
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.997	0
3.08.01	Corrente	-8.997	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	54.568	-3.209
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	54.568	-3.209
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,69066	-0,04073
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,69056	-0,04073

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	54.568	-3.209
4.03	Resultado Abrangente do Período	54.568	-3.209

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	63.673	-2.211
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	56.681	-5.006
6.01.01.01	Resultado do período	54.568	-3.209
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	29	6
6.01.01.03	Despesas de juros	714	435
6.01.01.04	Variações cambiais, líquidas	1.584	-2.024
6.01.01.05	Juros ativos	-443	-214
6.01.01.06	Despesas de opções de ações outorgadas	229	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	6.992	2.795
6.01.02.01	Despesas antecipadas	54	-65
6.01.02.02	Impostos a recuperar	-29	-5
6.01.02.03	Outros ativos	2	1
6.01.02.04	Fornecedores	-1.124	-48
6.01.02.05	Impostos a recolher	303	502
6.01.02.06	Imposto de renda e contribuição social a recolher	8.978	0
6.01.02.07	Provisões trabalhistas	8	10
6.01.02.08	Provisão de honorários da diretoria	-1.200	2.400
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.654	-31.192
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-154	-429
6.02.02	Empréstimos concedidos	-1.500	-500
6.02.03	Adto p/aquisição de partic.societárias	0	-30.263
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-3.649	44.929
6.03.01	Obtenção / (liquidação) de empréstimos	-3.649	44.929
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.370	11.526
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.116	3
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.486	11.529

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679	622	0	-21.637	0	-20.336
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679	622	0	-21.637	0	-20.336
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	229	0	0	0	229
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	229	0	0	0	229
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	54.568	0	54.568
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	54.568	0	54.568
5.07	Saldos Finais	679	851	0	32.931	0	34.461

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	666	0	0	-1.497	0	-831
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	666	0	0	-1.497	0	-831
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.209	0	-3.209
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.209	0	-3.209
5.07	Saldos Finais	666	0	0	-4.706	0	-4.040

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	74.508	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	74.508	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.249	-1.027
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.200	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.049	-1.027
7.03	Valor Adicionado Bruto	66.259	-1.027
7.04	Retenções	-29	-6
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-29	-6
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.230	-1.033
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-340	2.309
7.06.02	Receitas Financeiras	-340	2.309
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.890	1.276
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.890	1.276
7.08.01	Pessoal	975	3.337
7.08.01.01	Remuneração Direta	908	3.329
7.08.01.02	Benefícios	51	4
7.08.01.03	F.G.T.S.	16	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.465	673
7.08.02.01	Federais	9.465	673
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	882	475
7.08.03.01	Juros	714	435
7.08.03.02	Aluguéis	168	40
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	54.568	-3.209
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	54.568	-3.209

Notas Explicativas

Trimestre findo em 31 de março de 2011

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A All Ore Mineração S.A. (“All Ore” ou “Companhia”), nova denominação da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011, foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o intuito de explorar oportunidades de investimento no setor de minério de ferro do Brasil. De acordo com o seu estatuto social, a Companhia tem por objeto social: (i) a exploração, prospecção, industrialização e comercialização de minérios de ferro, a importação e exportação de bens e produtos ligados à atividade principal, o aproveitamento econômico de concessões de autorização de pesquisa e lavra, a comercialização de minérios de ferro, a prestação de serviços de pesquisa mineral, a aquisição e o arrendamento de terras destinadas aos seus objetivos e necessidades, bem como direitos e interesses do subsolo, e a prestação de serviços de consultoria em assuntos minerários e afins; e (ii) a participação em outras sociedades.

O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Domus Populis Participações S.A. (nova denominação da MCM Cimentos S.A.), todas em fase pré-operacional.

A Companhia pretende atuar especificamente no segmento de jazidas de minério de ferro, que contam com relevante competitividade econômica, mediante: (i) disponibilização de *know-how* e capital para viabilizar projetos economicamente viáveis, mas carentes de investimento; (ii) desenvolvimento de pesquisas geológicas sistemáticas e estudos de viabilidade; e, ainda, (iii) estruturação de novas unidades produtivas.

A Companhia ainda não iniciou totalmente as suas atividades minerárias e ainda não emitiu valores mobiliários, além das ações ordinárias de sua emissão. Tampouco há acordo de acionistas arquivado em sua sede social.

Durante o 1º trimestre de 2010, a Companhia informou que começou a implementar seu objeto social, formalizando os contratos para aquisição de 70% da Mhag Serviços e Mineração S.A. (“MHAG”), por US\$ 245 milhões.

A aquisição de 70% das ações da MHAG ainda depende do cumprimento de algumas condições suspensivas a cargo dos vendedores.

A Companhia e a Noble Resources Limited chegaram a um acordo sobre novo contrato de fornecimento de minério de ferro, que vigorará a partir da consumação da aquisição da participação na MHAG pela Companhia. Em consequência, Collingham Participações Ltda. (empresa do grupo Noble) ficará com a mesma participação minoritária detida anteriormente na MHAG, de 30%.

Além disso, em 23 de setembro de 2010, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com ENRC N.V., empresa interessada no conhecimento que a Companhia desenvolveu em relação à MIBA e à Peixe Bravo, na qual a remuneração será de até US\$ 54 milhões, dos quais US\$ 47 milhões foram reconhecidos e recebidos no trimestre findo em 31 de março de 2011.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações trimestrais

As informações trimestrais foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (Demonstração Intermediária) e com a norma internacional IAS 34 (“*Interim Financial Reporting*”) emitida pelo IASB (“*International Accounting Standards Board*”).

O CPC 22 - Informações por segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da entidade que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (“*chief operating decision maker*”), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances.

A definição do total dos segmentos em que a Companhia atuará depende da aquisição da MHAG, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo Sr. Juarez Saliba de Avelar em 20 de abril de 2011.

3 Práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e elaboração das informações trimestrais são:

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b. Caixa e equivalente de caixa

São representados por numerários em caixa, saldos em bancos e títulos e valores mobiliários de liquidez imediata. Os títulos e valores mobiliários estão demonstrados ao custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das informações trimestrais.

c. Despesas antecipadas

São demonstradas pelos valores pagos antecipadamente, sendo apropriadas ao resultado em conformidade com o prazo de vigência do contrato.

d. Ativo circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e/ou cambiais auferidas até a data do balanço patrimonial e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização.

e. Imobilizado

O imobilizado está registrado pelo custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, tomando-se por base a estimativa de vida útil-econômica dos bens. Os gastos incorridos com renovação e melhorias que representam um aumento da vida útil dos bens são capitalizados, enquanto as manutenções de rotina e os reparos são apropriados ao resultado do exercício quando incorridos.

Notas Explicativas

f. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Desde 2008, os valores dos ativos não financeiros são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

g. Passivo circulante e não circulante

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

h. Instrumentos financeiros derivativos

Na data em que um contrato de derivativos é celebrado os derivativos são reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos de transação que quando incorridos são reconhecidos no resultado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo, com as variações lançadas contra o resultado.

i. Moeda funcional

A moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534.

j. Tributação

A forma de tributação é o lucro presumido. Nesta modalidade de regime de tributação, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada a razão de 32% sobre o valor da prestação de serviços. Sobre o lucro presumido resultante da aplicação dos 32%, acrescido das demais receitas financeiras auferidas, são aplicadas (i) as alíquotas regulares de imposto de renda de 15%, mais o adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 60 mil no trimestre, e (ii) 9% para a contribuição social. No caso de exportação de serviços, a alíquota do ISS é de 5%, enquanto o PIS e a Cofins são tributados a alíquota zero.

k. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado básico por ação utilizando-se o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

l. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido através de mercados ativos, é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado.

Notas Explicativas

m. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

n. Remuneração baseada em ações

A Companhia mensura o custo de transações com opções de ações outorgadas a seus executivos com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

4 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

O CPC 37 R (IFRS 1) exige que uma entidade desenvolva políticas contábeis baseadas nos padrões e interpretações do CPC e IASB em vigor na data de encerramento de sua primeira demonstração financeira e que essas políticas sejam aplicadas na data de transição e durante todos os períodos apresentados nas primeiras demonstrações em CPC (aplicação de todos as normas) e IFRS.

5 Gerenciamento de caixa

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado, além de manter o desenvolvimento futuro do negócio. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 12, a Companhia tem linha de crédito aberta com o seu controlador do exterior, onde é utilizada a medida em que se verifica necessidade de caixa.

6 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Caixa e bancos	15	604
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	<u>59.471</u>	<u>512</u>
Total	<u>59.486</u>	<u>1.116</u>

Notas Explicativas

Os depósitos bancários de curto prazo são aplicados em títulos de liquidez imediata de instituição financeira (HSBC Bank Brasil S.A.), que possui classificação externa de crédito considerada de primeira linha pelas agências de avaliação de riscos.

7 Empréstimos a receber

Refere-se aos empréstimos para a MHAG Serviços e Mineração S.A., relacionados com a aquisição mencionada na Nota Explicativa nº 1, firmado por meio de contrato sem garantia real. Sobre o valor do principal serão acrescidos os juros calculados a taxa SELIC apurada entre a data do empréstimo e a data do efetivo pagamento. O valor do principal, acrescido dos juros, deverá ser pago em até 30 (trinta) dias contados da solicitação de pagamento enviada pela Companhia à MHAG.

Em 31 de março de 2011, o saldo do empréstimo mais os juros incorridos era de R\$ 6.891 (R\$ 5.233 em 31 de dezembro de 2010) e não há provisão constituída para créditos de liquidação duvidosa.

8 Despesas antecipadas

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Locação de imóveis	142	170
Seguro – Veículos	-	4
Seguro – Responsabilidade civil administradores	22	81
Seguro – Escritório	1	1
Anuidade BM&F Bovespa	26	-
Outras despesas antecipadas	<u>13</u>	<u>2</u>
Total	<u>204</u>	<u>258</u>

9 Adiantamentos para aquisição de participações societárias

MHAG

A Companhia celebrou Oferta Vinculante com a Campina Participações S.A. para aquisição de participação societária da MHAG. Para garantir as obrigações de exclusividade de compra, a Companhia pagou a favor do acionista majoritário da MHAG (Campina Participações S.A.) o valor de US\$ 20 milhões a título de Taxa de Exclusividade. Nos termos da Oferta Vinculante, a Campina Participações S.A. repassou US\$ 6 milhões (30%) para a Collingham Participações Ltda., sócia minoritária da MHAG, titular de 30% da empresa. Estes US\$ 6 milhões foram devolvidos à Companhia pela Collingham Participações Ltda., no âmbito de acordo segundo o qual Collingham Participações Ltda. ficará como minoritária na MHAG. Na data da efetivação do negócio, o valor de US\$ 14 milhões pagos a título de Taxa de Exclusividade será imediata e automaticamente convertidos em parcela do preço de aquisição e serão deduzidos do preço da transação. Para fins de dedução do preço de aquisição, a parcela de preço será corrigida de acordo com a variação pro rata da *Libor* mais 4% ao ano.

Em 31 de março de 2011, os valores pagos a título de Taxa de Exclusividade, que são conversíveis em dedução do preço de compra, são os demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Descrição	31/03/2011		31/12/2010	
	R\$	US\$	R\$	US\$
(1) MHAG - Taxa de exclusividade	22.791	14.000	23.315	14.000
(1) MHAG – Juros	<u>1.308</u>	<u>804</u>	<u>1.060</u>	<u>636</u>
Total	<u>24.009</u>	<u>14.804</u>	<u>24.375</u>	<u>14.636</u>

(1) Na hipótese de não-ocorrência do fechamento do negócio, o valor será devolvido à Companhia no prazo de 2 (dois) dias úteis após a notificação do evento.

10 Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados no quadro abaixo:

Ativo	Taxa anual de depreciação	Custo em 31/12/2010	Adições em 2011	Baixas em 2011	Custo em 31/03/2011	Depreciação em 31/03/2011	Valor contábil em 31/03/2011	Valor contábil em 31/12/2010
Móveis e Utensílios	10%	7	58	-	65	(1)	64	6
Equipamentos de Informática	20%	61	7	-	68	(11)	57	53
Programas de computador	20%	11	-	-	11	(2)	9	10
Veículos	20%	415	-	-	415	(89)	326	347
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	36	89	-	125	(6)	119	34
Totais		530	154	-	684	(109)	575	450

11 Provisão para honorários da diretoria e encargos sociais

Trata-se da provisão de prêmios estipulados em contratos firmados com o pessoal-chave da administração da Companhia, que contempla a Direção e o Conselho de Administração e está contabilizado em “Provisões Previdenciárias e Trabalhistas”.

Descrição	31/03/2011	31/12/2010
Honorários da diretoria	-	1.000
Encargos Sociais	=	<u>200</u>
Total	=	<u>1.200</u>

12 Empréstimos a pagar

Trata-se de empréstimos recebidos do acionista controlador Metropolis Capital Markets GmbH decorrentes de linhas de créditos com taxas de juros atreladas a taxa LIBOR ou fixadas em 6% ao ano, cujo saldo não utilizado até 31 de março de 2011 é de US\$ 2,6 milhões (US\$ 3 milhões em 31 de dezembro de 2010).

O quadro a seguir demonstra o montante dos empréstimos utilizados:

Notas Explicativas

(A) - US\$	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	US\$ Mil	R\$	US\$ Mil
Principal	12.036	7.389	11.858	7.117
Juros	<u>513</u>	<u>315</u>	<u>470</u>	<u>282</u>
Total	<u>12.549</u>	<u>7.704</u>	<u>12.328</u>	<u>7.399</u>
(B) – Eur	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	Eur Mil	R\$	Eur Mil
Principal	34.471	14.904	34.757	15.600
Juros	<u>60</u>	<u>37</u>	<u>1.907</u>	<u>856</u>
Total	<u>34.531</u>	<u>14.941</u>	<u>36.664</u>	<u>16.456</u>
(A + B)	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010	
	R\$		R\$	
Principal	46.508		46.615	
Juros	<u>572</u>		<u>2.377</u>	
Total	<u>47.080</u>		<u>48.992</u>	

13 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de março de 2011, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 679 (R\$ 679 em 31 de dezembro de 2010) e está representado por 80.359.734 (80.359.734 em 31 de dezembro de 2010) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b. Reserva de capital*Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias*

Representado pelo registro contábil do plano de opção de compra de ações, conforme Nota Explicativa nº 16, obedecendo ao que determina o Pronunciamento Técnico CPC nº 10 - Pagamentos Baseados em Ações, aprovado pela Deliberação CVM nº 562/08.

c. Reserva de lucros

A reserva legal será constituída a base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

d. Dividendos

O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou

Notas Explicativas

semestral; bem como (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais.

Caberá à Assembléia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

14 Instrumentos financeiros

a. Considerações gerais

A Companhia mantém instrumentos financeiros contabilizados em caixa e equivalentes de caixa e empréstimos a receber, assim como em contas a pagar e empréstimos a pagar.

b. Valor justo

Caixa e equivalentes de caixa, incluindo títulos e valores mobiliários e contas a pagar de curto prazo: os saldos contábeis se aproximam dos valores de mercado em razão do vencimento de curto prazo desses instrumentos.

Empréstimos a receber foram classificados como “empréstimos e recebíveis”.

Empréstimos a pagar são contabilizados pelo custo amortizado.

A mensuração do valor justo é derivada de cálculos tomando como base Taxas Referenciais da BM&F DI com posição em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Divulgação valor contábil e valor justo:

	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/2011	31/12/2010	31/03/2011	31/12/2010
Empréstimos a pagar	47.080	48.992	47.203	52.405
Empréstimos a receber	6.891	5.233	6.970	5.501
Investimentos	24.099	24.375	25.725	25.625

Hierarquias de valor justo:

Instrumentos financeiros	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos a pagar	-	47.203	-
Empréstimos a receber	-	6.970	-
Investimentos	-	25.725	-

c. Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

Notas Explicativas

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma política global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

d. Exposição de crédito

Os ativos expostos a risco de crédito totalizam R\$ 30.900 (R\$ 29.608 em 31 de dezembro de 2010) e são decorrentes das operações de empréstimo (Nota Explicativa nº 7) e adiantamento para aquisição de participações societárias (Nota Explicativa nº 9).

e. Exposição cambial

Nem todos os aportes do controlador do exterior são aplicados em ativos no país, pois são utilizados para custear despesas gerais da Companhia tais como honorários da administração, folha de pagamento, serviços de terceiros, entre outras. Desta forma, ativos e passivos em moeda estrangeira não se equivalem, gerando resultado em função da flutuação da taxa de câmbio. No período de 1 de janeiro a 31 de março de 2011, a Companhia apurou resultado negativo de R\$ 1.584 (R\$ 2.024 negativo em 31 de março de 2010) decorrente do descasamento das operações.

Em 31 de março, os ativos e passivos em moeda estrangeira eram:

Conta	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	US\$ Mil	R\$	US\$ Mil
Adiantamentos para aquisições de participações societárias (N.E. 9)	24.099	14.804	24.375	14.636
Empréstimos a pagar (N.E. 12)	<u>(12.549)</u>	<u>(7.704)</u>	<u>(12.328)</u>	<u>(7.399)</u>
Exposição cambial	<u>11.550</u>	<u>7.100</u>	<u>12.047</u>	<u>7.237</u>

Conta	Em 31/03/2011		Em 31/12/2010	
	R\$	EUR Mil	R\$	Moeda
Empréstimos a pagar (N.E. 12)	<u>(34.531)</u>	<u>(14.941)</u>	<u>(36.664)</u>	<u>(16.456)</u>
Exposição cambial	<u>(34.531)</u>	<u>(14.941)</u>	<u>(36.664)</u>	<u>(16.456)</u>

f. Análise da sensibilidade

A Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, dispõe sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em Nota Explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade.

Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da taxa cambial sobre seus ativos e passivos em moedas estrangeiras e taxa de juros sobre ativos.

Notas Explicativas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade a qual a Companhia estava exposta em 31 de março de 2011, foram definidos 3 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculado o respectivo efeito em função do deslocamento de 1%, 25% e 50% em relação aos indexadores das operações.

Operação	Valor Em R\$	Nota	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/03/2011	Explicativa		1%	25%	50%
Empréstimos a receber	6.891	7	Taxa de juros	8	165	336
Adiantamentos atrelados ao US\$	24.009	9	Cambial	240	6.002	12.005
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	12.549	12	Cambial	125	3.137	6.275
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	34.531	12	Cambial	345	8.633	17.266

Operação	Valor Em R\$	Nota	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
	31/12/2010	Explicativa		1%	25%	50%
Empréstimos a receber	5.233	7	Taxa de juros	6	125	255
Adiantamentos atrelados ao US\$	24.375	9	Cambial	244	6.094	12.188
Empréstimos a pagar atrelados ao US\$	12.328	12	Cambial	123	3.082	6.164
Empréstimos a pagar atrelados ao Eur	36.664	12	Cambial	367	9.166	18.332

15 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem como política não efetuar aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em 31 de março de 2011 e 2010 não existiam operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

16 Remuneração dos administradores

a. Disposições gerais

A gestão da Companhia é feita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria.

A remuneração global dos administradores da Companhia é de até R\$ 14.180 anuais, incluindo, além dos honorários mensais, as vantagens ou benefícios de qualquer natureza que eventualmente vierem a ser concedidos aos membros da Diretoria ou do Conselho de Administração.

b. Opção de subscrição ou compra de ações outorgadas pela Companhia

Em 18 de fevereiro de 2010, com o objetivo de promover os interesses da Companhia e atrair administradores, empregados e prestadores de serviços, os acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária, aprovaram o Programa de Outorga de Opção de Subscrição ou Compra de Ações Ordinárias (o "Programa"). O Programa teve alterações aprovadas em 30 de abril de 2010 pelos acionistas em Assembléia Geral Extraordinária. De acordo com o Programa, o Conselho de Administração poderá, dentro do limite de capital autorizado da Companhia e respeitado o disposto no Programa, outorgar opções de compra de ações em favor de

Notas Explicativas

administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviço à Companhia ou sociedade sob seu controle, direto ou indireto.

O número total de ações destinadas ao Programa não poderá ultrapassar (i) 12.000.000 (doze milhões) de ações ou (ii) 5% (cinco por cento) do número total de ações de emissão da Companhia, dentre tais limites, o que for maior. Cada opção corresponde ao direito de adquirir ou subscrever 1 (uma) ação ordinária de emissão da Companhia (as “Opções”).

Até 31 de março de 2011, a Companhia outorgou um total de 920.000 (novecentos e vinte mil) Opções com base no Programa, sujeitas a um período máximo de carência de 3 (três) anos. O prazo máximo de vigência das Opções é de 5 (cinco) anos, com liquidação em ações ordinárias da Companhia ao preço médio ponderado de exercício, assim como mínimo e máximo, de R\$ 0,01 (um centavo de real). O saldo de R\$ 851 (R\$ 622 em 31 de dezembro de 2010) refere-se às Opções outorgadas que são exercíveis caso os executivos completem os diversos períodos de serviços prestados à Companhia tidos como condição de exercício das Opções e levou em consideração os seguintes fatores na sua apuração:

- a. Número de meses de serviços efetivamente prestados à Companhia até 31 de março de 2011, em relação ao período máximo de carência das Opções outorgadas de 3 (três) anos;
- b. Preço justo de R\$ 3,00 (três reais) por ação ordinária, com base em três parâmetros, cumulativamente considerados, previstos no artigo 170, § 1º da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, a saber: valor da cotação das ações (código “STLB3”) na BM&FBOVESPA S.A., valor do patrimônio líquido e perspectiva de rentabilidade futura, e que serviu de base para o último aumento de capital aprovado pela Companhia.

17 Contingências

Em 31 de março de 2011, a Companhia é parte em ação judicial de natureza cível onde os autores exigem a mudança da razão social da Companhia e indenização estimada em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mil por supostos prejuízos em razão da Companhia utilizar a expressão “Steel” ao se apresentar ao mercado. Baseada na avaliação de seus assessores legais, as probabilidades de perdas foram classificadas como possíveis, portanto, não requerendo o reconhecimento de provisão contábil em conformidade com o CPC 25.

18 Partes relacionadas

a. Considerações

As transações com partes relacionadas referem-se a transferências de natureza financeira que foram praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado (Nota Explicativa nº 12) e concessão de benefícios para o pessoal-chave da administração (Nota Explicativa nº 16).

b. Controlador e pessoal-chave

O acionista controlador da Companhia é a Metropolis Capital Markets GmbH, que no Brasil também é controlador da Metropolis Capital Markets Participações Ltda., da Metropolis Empreendimentos Imobiliários S.A. e da Domus Populis Participações S.A., todas em fase pré-operacional.

Notas Explicativas

O pessoal-chave da administração da Companhia são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade.

c. *Transações entre partes relacionadas*

Os montantes referentes às transações entre partes relacionadas estão apresentados abaixo:

Balanco Patrimonial	31/03/2011	31/12/2010
Empréstimos com controladora	47.080	48.992
Demonstração de Resultados	31/03/2011	31/03/2010
Benefícios de curto prazo (i)	6.452	3.285
Opções de ações reconhecidas (ii)	229	-
Rescisão de contrato de trabalho	-	23

(i) Inclui a remuneração dos Diretores, composta por um valor fixo e variável dentro do limite estabelecido na Nota Explicativa nº 16 (a);

(ii) Forma de liquidação em ações ordinárias.

19 Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de março de 2011 e 2010.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Resultado básico por ação	31/03/2011	31/03/2010
Resultado líquido no trimestre	54.568	(3.209)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.784
Resultado básico por ação no trimestre (Em R\$)	0,6791	(0,0407)
Resultado diluído por ação	31/03/2011	31/03/2010
Resultado líquido do trimestre	54.568	(3.209)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares de ações)	80.359	78.784

Notas Explicativas

Diluição - Opções de ações (em milhares de ações)	495	-
Média ponderada de ações ordinárias ajustadas pela diluição	80.854	78.784
Resultado diluído por ação no trimestre (Em R\$)	0,6749	(0,0407)

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20 Receita de prestação de serviços

	31/03/2011	31/03/2010
Receita de prestação de serviços	78.429	-
Tributos incidentes sobre vendas	(3.921)	-
Receita líquida	74.508	-

Esta receita é decorrente do contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e a NRC N.V. no montante de US\$ 54 milhões, dos quais US\$ 47 milhões foram recebidos nesse trimestre.

21 Custos dos serviços prestados

	31/03/2011	31/03/2010
Custo com serviços profissionais	6.000	-
Outros encargos na prestação de serviços	1.200	-
Custo dos serviços vendidos	7.200	-

22 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado do período apresentam a seguinte reconciliação:

Ref.	Descrição	<u>31/03/2011</u>	<u>31/03/2010</u>
A	Receita bruta de vendas	78.429	-
B	Lucro presumido (32% sobre A)	25.097	-
C	(+) Demais receitas auferidas	1.382	-
D	(=) Base de cálculo do IRPJ e da CSLL (B + C)	26.479	-
E	IRPJ - 15% sobre D	3.972	-
F	IRPJ - 10% sobre o resultado de E menos R\$ 60 mil	2.642	-
G	CSLL - 9% sobre D	2.383	-
H	Provisão para despesa com IRPJ e CSLL	8.997	-

23 Eventos subsequentes

Notas Explicativas

a. Alteração da denominação social

Em 29 de abril de 2011, em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada por unanimidade dos acionistas presentes, a alteração da denominação social da Companhia de “Steel do Brasil Participações S.A.” para “All Ore Mineração S.A.”.

b. Mudança de diretoria

Em Reunião do Conselho de Administração de 13 de abril de 2011, foi (i) aprovada a destituição do Sr. Adherbal Guimarães Rego do cargo de Diretor da Companhia e (ii) foi eleita a Srta. Rita de Cássia Lo Sciuto para ocupar o cargo de Diretora Administrativa da Companhia.

c. Efeitos dos eventos subseqüentes nas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia declara que não há efeitos financeiros relevantes decorrentes do evento subseqüente informado acima.

* * *

Diretoria

Juarez Saliba de Avelar
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Rita de Cássia Lo Sciuto
Diretora

Gerson Luiz Petterle
Diretor

Contador

Alessandro de Oliveira Leme
CRC: 1SP236426/O-6

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas
All Ore Mineração S.A., nova denominação social
da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da All Ore Mineração S.A., nova denominação social da Steel do Brasil Participações S.A. a partir de 29 de abril de 2011, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias.

Ênfase sobre continuidade dos negócios da Companhia

A Companhia foi constituída em 18 de agosto de 2008 com o objetivo descrito na Nota Explicativa nº 1 e encontra-se em fase pré-operacional. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, o que depende do suporte financeiro de seus acionistas para a liquidação de suas obrigações e para execução dos fatores também descritos na referida Nota Explicativa. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes associados com as incertezas inerentes a essa fase de suas operações.

São Paulo, 13 de maio de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Ricardo Anhesini Souza
Contador CRC 1SP152233/O-6